Conteúdos atuais do circuito inferior da economia urbana: o uso agrícola do território na cidade de São Paulo

DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3694

Marcos Xavier[1]

Resumo

Parcelas dos espaços das periferias da cidade de São Paulo têm sido ocupadas e utilizadas por atividades agrícolas. Estas atividades são de natureza distinta daquelas realizadas em áreas periurbanas ou no campo. Realizadas pelos pobres da cidade, apresentam formas de organização e modos de fazer próprios do contexto urbano. Aquelas e aqueles que a praticam se somam aos que disputam a apropriação e o uso do espaço urbano. Trata-se de uma das expressões contemporâneas da forma como esses pobres participam da economia política da cidade, articulando circuitos espaciais de produção e círculos espaciais de cooperação próprios dessa atividade. Este artigo visa apresentar a agricultura urbana periférica como um elemento do circuito inferior da economia urbana no presente.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura urbana, periferia, circuito inferior da economia urbana, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação

1 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Geografia Humana e Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do curso de Geografia da América Latina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: marcosmoraesxavier@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1084-7398.

Introdução

Desde 2001, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sustenta um programa de apoio à horticultura urbana e periurbana nos países subdesenvolvidos. O objetivo desse programa é fortalecer a segurança alimentar e a nutrição de parcela dos pobres urbanos, criar cidades mais verdes, melhorar favelas, melhorar a gestão dos resíduos e criar empregos e desenvolvimento comunitário (FAO, 2012, p. 4). O Estado brasileiro não está indiferente a esse movimento. O Ministério do Desenvolvimento Social instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana como forma de potencializar a segurança alimentar e a inclusão social, particularmente de mulheres (Portaria nº 467, de 2018). Em 2024, a lei que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Lei 14.935, de 2024) foi sancionada pelo presidente da república. No município de São Paulo, em 2004, foi instituído Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) no qual, dentre outros objetivos, destaca-se o combate à fome e a geração de emprego e renda. A Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município (Lei n. 16.050, de 2014) prevê o apoio e o incentivo à agricultura urbana nos espaços livres da cidade

Reconhecendo a pertinência dessas políticas, a reflexão aqui proposta parte de uma visão cautelosa; as ideias e práticas lentas, locais e cuidadosas poderem ser tornadas mercadorias e impulsionar negócios lucrativos (CONCHEIRO, 2018, p. 65). É importante abordar a produção agrícola realizada na periferia da cidade enxergando os benefícios que trazem aos seus praticantes, mas sem considerá-la uma panaceia para a solução de problemas estruturais que, historicamente, impõe aos mais pobres uma condição de vida marcada por diversas carências.

A legitimidade, importância e sentido da agricultura urbana está além do cumprimento de promessas ainda não mensuradas sobre a segurança alimentar e o combate à fome e ao desemprego. Trata-se de uma forma legítima de estar e viver na cidade que implica em disputas pelo uso do território. Como resultado da pobreza ela integra uma gama de atividades que dão corpo ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979) como estratégia de sobrevivência material, mas também imaterial envolvendo a produção de sentido e formas solidárias de coexistência.

Compreendê-la neste âmbito, pode contribuir com reflexões que aprimorem sua inclusão num projeto político que priorize as demandas populares, respondendo de forma mais adequada às diretrizes de um modelo cívico ao qual o modelo econômico seja subordinado (SANTOS, 1993, p. 100).

Este artigo está estruturado da seguinte forma. Inicia com a proposição teórica de ser a agricultura urbana realizada na periferia da cidade uma modalidade do circuito inferior da economia urbana que confere novo perfil à totalidade da economia política da cidade. Na sequência, aborda as tipologias e os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2001) das produtoras e produtores agrícolas que materializam fixos e fluxos na cidade de São Paulo e região metropolitana, demonstrando seus elos e articulações com o circuito

superior da economia, finalizando com a apresentação sintética da experiência do Viveiro Vila Nova, sob gestão das Mulheres do Grupo de Agricultores Urbanos – GAU e da Horta José Bonifácio. Ele resulta de processo de pesquisa que, embasado na teoria dos dois circuitos espaciais da economia urbana (SANTOS, 1979), utilizou o banco de dados disponibilizado na Plataforma Sampa+Rural e do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) como fontes secundárias para identificar os produtores, suas topologias, circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação. A pesquisa também contou com trabalhos de campo realizados em produtores(as) selecionados(as) que permitiram identificar os sentidos da prática agrícola urbana pela ótica de quem a realiza no cotidiano.

O resultado é uma amostragem da maior complexidade da economia urbana da cidade de São Paulo, que passa a incluir práticas agrícolas como atividades de sobrevivência e produção de sentido para parte da população da periferia.

Agricultura urbana, pobreza e economia política da cidade

Na cidade de São Paulo, excluídos e excluídas do moderno mercado de trabalho e de consumo têm buscado diferentes alternativas para a manutenção da vida. Entre as alternativas, a produção agrícola emerge como uma possibilidade efetiva trazendo novos conteúdos à economia política da cidade, instalando fixos (hortas, viveiros, pontos de venda) e fluxos (circulação, distribuição, consumo e serviços) que são somados à reprodução material da vida urbana.

Considere-se que nos países subdesenvolvidos há dois circuitos econômicos, o *circuito superior* e o *circuito inferior da economia urbana* (SANTOS, 1979)[2]. No presente, o circuito superior inclui o uso intensivo de tecnologias da informação, de capital fixo e de serviços sofisticados (consultoria de diferentes naturezas, logística, publicidade em diferentes mídias, entre outros), apoio do Estado, estratégias organizacionais entrelaçadas às finanças e, em suas atividades comerciais, vínculos estreitos com os operadores de cartões de crédito, bancos e financeiras.

O circuito inferior utiliza trabalho intensivo não qualificado. Tem reduzido capital, baixos rendimentos, uso de técnicas menos modernas ou consideradas obsoletas. Gera trabalho e renda aos pobres urbanos, ao mesmo tempo que atende suas demandas de consumo. A publicidade é pequena ou inexistente. O crédito é baseado em relações de reciprocidade e confiança entre comerciante e consumidor. No entanto, a expansão e popularização dos serviços financeiros no Brasil, desde o final do século XX (CONTEL, 2011), têm permitido e ampliado nas atividades desse circuito o uso de cartões de débito e crédito como meios de pagamento e mais

2 As modernizações são marcadas pela difusão generalizada da informação e dos novos consumos. No entanto, a seletividade espacial e social dessas modernizações cria uma massa de empobrecidos que coexiste com uma minoria de renda elevada. Essa desigualdade gera diferenças quantitativas e qualitativas no consumo que, segundo essa teoria, são a causa e o efeito da criação, existência e manutenção dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979, p. 29).

recentemente as transferências via PIX, o que vem tornando o dinheiro circulante nessas atividades mediado pelo capital financeiro.

Esses circuitos não são independentes. Há uma articulação vertical entre eles que assume tanto a forma de uma complementaridade simples, com base em trocas, quanto a forma de uma complementaridade hierárquica e complexa, com base no envolvimento do circuito inferior nos processos do circuito superior (SILVEIRA, 2015, p. 256). A teoria dos dois circuitos permite compreender a economia como uma totalidade dialética indissociável do território, identificando e classificando as atividades produtivas segundo seu grau de capital, tecnologia e organização.

Cada atividade de produção, em cada um dos circuitos, ativa pontos e áreas que são dados da produção, da circulação e do consumo, implicando em fornecedores, distribuidores e consumidores (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 292). São os circuitos espaciais de produção. A distribuição espacial da produção de cada atividade contribui para definir conteúdos do uso do território como o abastecimento de insumos e bens, a oferta de serviços na esfera política, econômica, social e cultural, os fluxos de diferentes naturezas e a criação das normas (SILVEIRA, 1999, p. 49). As atividades produtivas não estão localizadas no "espaço-recipiente neutro e indiferenciado da teoria neoclássica" (FISCHER, 2008, p. 61), mas nos lugares que plasmam no território o uso que a sociedade faz dele, ou seja, o espaço geográfico como resultado e condição da ação, instância social (SANTOS,1979).

Os circuitos espaciais de produção são indissociáveis de círculos de cooperação. Estes, por sua vez, são constituídos pelos fluxos imateriais de ordens, dinheiro e informação que conformam a organização necessária para articular os lugares e agentes, garantindo o comando unificado das etapas geograficamente dispersas da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

O território abriga diversas atividades produtivas que, por meio de suas divisões particulares do trabalho, de seus circuitos espaciais de produção e de seus círculos de cooperação disputam seu uso (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 290) em condições desiguais, dado seus diferentes níveis de tecnologia, organização e informação. A análise dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação demonstra como cada atividade se insere na economia política da cidade, como utiliza o espaço urbano, suas estratégias, fragilidades e potencialidades. Revela a racionalidade da ação que é exercida no meio para o pôr em harmonia com o projeto (ISNARD, 1982, p. 36) de cada agente produtivo.

Embora esse par de conceitos venha sendo utilizado na abordagem das atividades do circuito superior da economia, também pode ser operacional para os estudos sobre a ação das atividades econômicas dos pobres na cidade, pois, a partir de práticas e razões não hegemônicas, eles também criam fixos e fluxos no espaço. Realizada por sujeitos cujas trajetórias de vida se entrecruzam nos lugares tecendo relações de coexistência nas quais são detentores dos sentidos da ação e de projetos de futuro (RIBEIRO, 2014), a agricultura urbana é também criadora de fixos e fluxos.

Ela resulta das artes de encontrar nos interstícios da cidade estratégias que dialogam com a situação do lugar onde se encontram.

O lugar, pode ser compreendido como a expressão material das relações sociais contíguas, extensão do acontecer solidário de um cotidiano compartilhado no qual o mundo se manifesta como existência (SANTOS, 1996). Sua importância na vida cotidiana das agricultoras e agricultores urbanos também se deve ao fato de o lugar ser parcela do território usado como recurso e abrigo (GOTMANN, 2012), uma categoria analítica e uma categoria da *praxis* política. Compartilhado por todos, ainda que de forma desigual e seletiva, o lugar se constitui pela coexistência de trajetórias coetâneas (MASSEY, 2015), um feixe de relações localizadas cujas extensões possuem fronteiras porosas, pois a vida acontecendo é que lhe dá conteúdo, sentido e movimento. A prática agrícola urbana permite essa coexistência de trajetórias de vida, de luta pela sobrevivência material e imaterial. Implica em valores, sentidos, saberes e razões por vezes associadas ao espaço natal – o cultivo como revivência do passado de outro lugar, o campo.

O lugar é também uma escala de análise que permite melhor delimitar certos problemas, produzir diagnósticos e sugerir as coalizões necessárias para resolvê-los (BRANDÃO, 2011, p. 311). É no lugar que os processos adquirem existência concreta; que as relações concernentes a esses processos se efetivam como formas particulares de realização da nação e do mundo. No lugar, o acontecer tem extensão e densidade (técnica, informacional e normativa), conformando este como uma escala de império, pois verdadeiro limite material e organizacional para a ação (SILVEIRA, 2004, p. 92). O lugar permite identificar a engenhosidade do sujeito determinada pelas condições que lhe são postas para sobreviver, aproveitando as ocasiões das quais depende (CERTEAU, 1990). A prática agrícola realizada na periferia da cidade materializa certa criatividade popular, as artes de viver dos pobres urbanos e a flexibilidade tropical (SANTOS, 1994) de sujeitos materializados em sangue, carne e cultura, atados aos seus corpos-espaços e, assim, ao indispensável compartilhamento de recursos e valores (RIBEIRO, 2000, p. 83 -85). São mulheres e homens "cujos comportamentos são enraizados em um território; homens sociais que pensam e agem em uma situação" (ZAOUAL, 2010, p. 24 e 27).

As práticas agrícolas existentes na periferia, no entanto, não resultam apenas do encontro entre os agricultores e agricultoras e seus lugares de existência. Essas práticas também são movidas por empresas que encampam essas iniciativas, as estimulam e as incluem no rol do que propõem como campo de responsabilidade social, estabelecendo certos círculos de cooperação que chegam verticalmente aos lugares como norma, pois pensados conforme prioridades, escolhas e critérios dessas empresas. Instituições internacionais como a FAO, o Banco Mundial e os governos federal e municipal também são sujeitos significativos desses círculos.

As tipologias, as topologias, os circuitos produtivos e os círculos de cooperação

Segundo Caldas e Jayo (2019) a agricultura urbana praticada na cidade de São Paulo é de dois tipos: a *agricultura de visibilidade*, voltada a produção dos discursos (defesa de práticas sustentáveis, da alimentação saudável e do retorno à natureza) e a *agricultura de escala*, voltada à produção comercial de alimentos. A distribuição de ambas as práticas apresenta uma pista para identificar a agricultura periférica como sendo uma atividade do circuito inferior da economia urbana. Das 32 hortas levantadas por esses pesquisadores, entre os anos de 2017 e 2018, 17 eram de visibilidade e 15 de escala. Enquanto as primeiras estavam concentradas na Zona Oeste da cidade, em bairros de mais alta renda como Pinheiros, Vila Madalena, Sumaré e Perdizes, sendo praticadas de forma comunitária por residentes desses bairros, aquelas destinadas à comercialização para obtenção de renda estavam concentradas na periferia da Zona Leste.

É importante observar, no entanto, que as ações são híbridas. Atividades socioeducativas e de engajamento político (causa feminista, ambiental, agroecológica) também estão presentes em hortas comerciais periféricas. Conforme a direção da Associação de Produtores da Zona Leste, a comercialização de produtos, por vezes, é acompanhada por serviços associados à educação ambiental e alimentar e ao gosto de lidar com a terra e ter uma atividade lúdica e terapêutica que se configura como outro uso do tempo e do espaço na cidade. O dinheiro para a sobrevivência nem sempre é a motivação principal. O uso do território pelos pobres na periferia também envolve a produção de sentidos que deem condições de permanecer na cidade, mesmo em situação de escassez. Este fato traz novos elementos a serem considerados nos estudos sobre as feições do circuito inferior da economia urbana no presente.

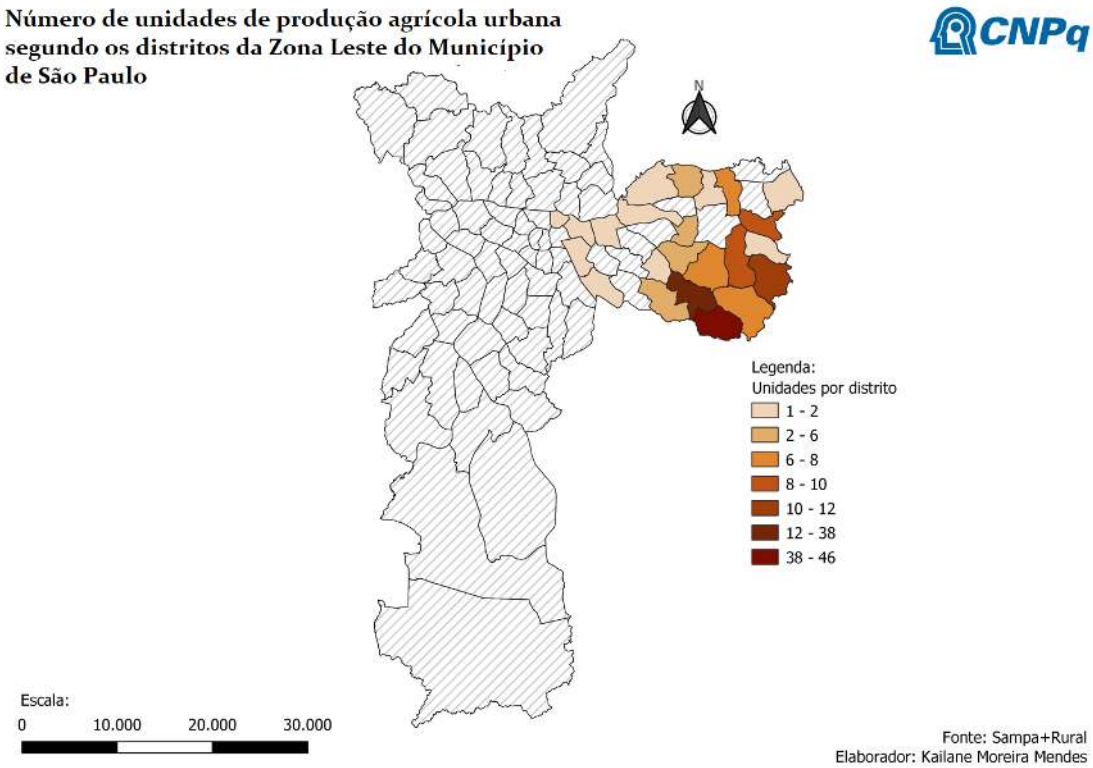
O Projeto Ligue os Pontos[3], coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo viabilizou a construção de um banco de dados sobre a agricultura praticada no Município, disponibilizado na plataforma Sampa+Rural, o qual foi utilizado nessa pesquisa. Segundo dados da Plataforma, em 2021, havia 673 unidades de produção agrícola no interior da cidade de São Paulo. Dessas, 351 estão localizadas na Zona Urbana Sul, 170 na Zona Leste, 86 na Zona Norte, 49 na Zona Oeste e 17 na Zona Central.

Por meio da sobreposição entre o mapa dos distritos do Município de São Paulo e o mapa da plataforma Sampa+Rural foi possível identificar os distritos onde estão localizadas todas as 170 unidades de produção agrícola localizadas na Zona Urbana Leste cadastradas na plataforma, região da cidade a qual dedicamos maior

3 O Ligue os Pontos é um projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Ele resultou de uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo para promover o desenvolvimento sustentável do território rural e aprimorar suas relações com o meio urbano a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia da Agricultura. Sua realização se deu por meio de recursos provenientes do prêmio Mayors Challenge 2016, promovido pela Bloomberg Philanthropies, que conferiu o prêmio principal ao Município de São Paulo. (https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/).

atenção nessa pesquisa. Das 170 unidades de produção, 89% (151 unidades) estão nos distritos da Zona Leste 2, que congrega os bairros mais distantes do centro da capital (Mapa 1).

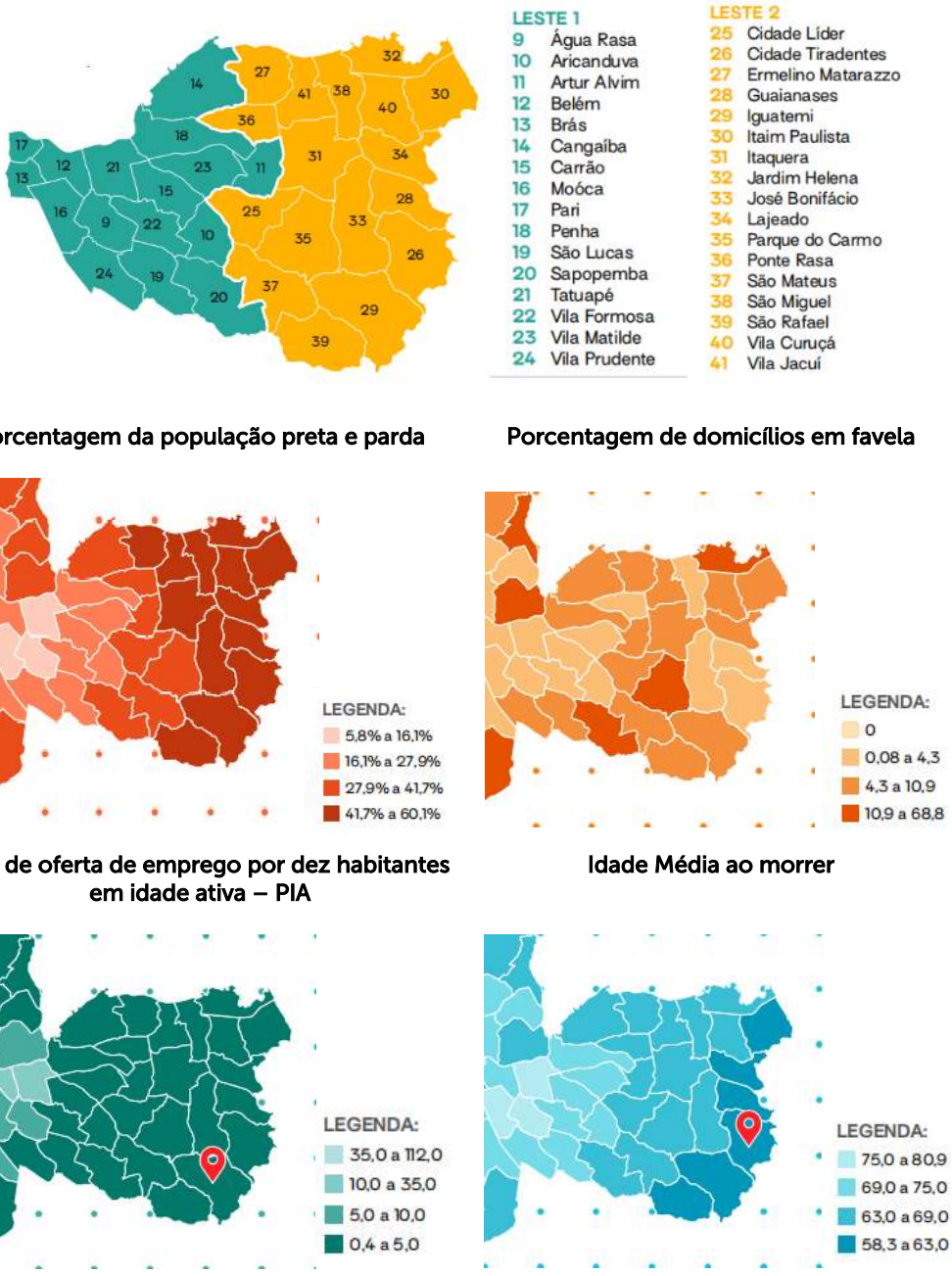
Mapa 1. Número de unidades de produção agrícola urbana segundo os distritos da Zona Leste do Município de São Paulo



Fonte: Sampa+Rural. Elaboração Kaiane Moreira Mendes.

Os distritos de São Mateus e São Rafael, cujos territórios são contíguos, abrigavam, juntos, 83 unidades de produção, o que corresponde a 70% das unidades localizadas na Zona Leste 2 – 48% do total das hortas existentes em toda a Zona Urbana Leste. Na sequência, os distritos mais significativos em relação às unidades cadastradas são Cidade Tiradentes com 12 unidades e José Bonifácio e Ladeado com 9 unidades cada um. Indicadores sociais demonstram que esses distritos estão entre as maiores percentagens de população preta e parda, de domicílios em favelas e as menores expectativas de vida do Município de São Paulo, sendo o distrito de Cidade Tiradentes aquele que apresenta a menor expectativa de vida, 58 anos (Figura 1).

Figura 1. Zona Leste do Município de São Paulo: indicadores sociais – 2021



Fonte: Mapa da Desigualdade – 2021, Rede Nossa São Paulo. Organização: Autor.

A Zona Leste está na faixa de menor taxa de oferta de emprego formal do município. Observa-se, assim, a condição espacial e social periférica na qual está inserida a maior parte da produção agrícola urbana de São Paulo. Fato que apresenta implicações em relação ao circuito espacial de produção que se desenha, bem como às motivações e sentidos envolvidos na forma como se usa o território na periferia da Zona Leste.

Da totalidade de unidades de produção agrícola cadastradas pelo Sampa+Rural, 240 (40,3%) são comerciais. 231 unidades comercializam seus

produtos diretamente ao consumidor - 167 na própria área de produção, 38 em feiras e 26 por entrega em domicílios. 111 produtores comercializam seus produtos de forma mediada – 52 via cooperativas, 33 por intermediários e 26 por ONGs e associações (como Movimento Sem Terra (MST), Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA), Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL) e Comuna da Terra Irmã Alberta).

Vinte e seis produtores são fornecedores de supermercados, 78 são fornecedoras para quitandas, o CEAGESP, restaurantes, órgãos públicos, *ateliers* e escolas, plataformas digitais, *e-commerce*, grupos de consumo, transeuntes, restaurantes e hotéis. Os números indicam, portanto, que há unidades produtivas com estratégias híbridas de comercialização.

Dentre as 356 unidades de produção (59,7%) que não comercializam estão hortas comunitárias de escolas, cooperativas, bibliotecas, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial ou localizadas em terrenos públicos, o que demonstra o predomínio dessa prática para fins não econômicos trazendo importante camada analítica para compreensão da diversidade da agricultura urbana.

O predomínio da comercialização direta ao consumidor se associa à pequena escala de produção e certas dificuldades como a impossibilidade de emissão de nota fiscal ou a logística de entrega para o comércio moderno. O alcance da publicidade e as técnicas utilizadas no cultivo (trabalho intensivo, uso de insumos reciclados como a compostagem e resíduos da poda de árvores, saberes ancestrais trazidos da prática agrícola familiar vivenciados na infância e juventude) são outros elementos que corroboram para afirmar que tais atividades participam do circuito inferior da economia urbana.

Conforme nota Milton Santos (1979), nas grandes cidades, o limiar das atividades desse circuito está dentro do próprio espaço urbano, não constituindo, portanto, fluxos que possam ser inseridos em processos de polarização da rede urbana. Os circuitos espaciais produtivos, conexões que articulam produtores agrícolas, mercados e iniciativas[4] estão restritos ao território do município de São Paulo ou de sua região metropolitana.

Dentre os sujeitos mais significativos dessas conexões no âmbito da Zona Leste estão a Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL), localizada no distrito de São Mateus, a Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas, o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN) de Ermelino Matarazzo e o Viveiro Escola União de Vila Nova – Mulheres do GAU, localizado no distrito de Ermelino Matarazzo.

Uma das características marcantes das atividades do circuito inferior da economia urbana é a propaganda boca a boca. No entanto, diante da propagação e

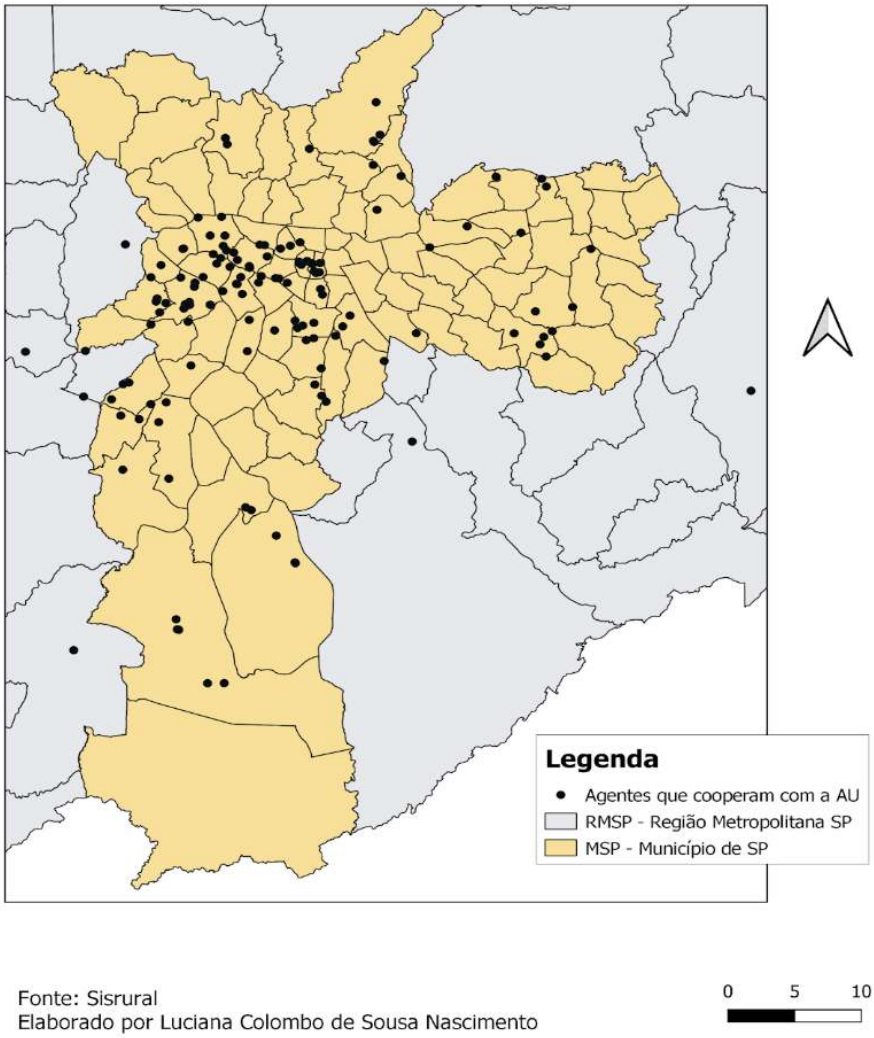
4 As iniciativas incluem uma gama diversificadas de atividades e sujeitos dentre os quais as associações e cooperativas, assistência social e técnica, extensão e pesquisa universitária, educação ambiental, educação popular, mutirões e economia solidária, que compõem também os círculos de cooperação associados, nesse caso a toda a agricultura realizada no município, nas zonas urbanas e rurais.

popularização das tecnologias da informação, destacando o maior acesso à telefonia celular e à internet, delineiam-se novas estratégias de comunicação e publicidade, por vezes acessíveis apenas via cooperação das associações e instituições que costumam ajudar com a divulgação das hortas e dos produtores. Em todo o município de São Paulo, 219 Unidades produtoras utilizam redes sociais, o que equivale a 32% do total de produtores cadastrados no Município. As redes mais utilizadas são o Facebook com 111 usuários seguida por plataformas de organizações não governamentais com 65 usuários. O Instagram também tem presença significativa nas estratégias de comunicação e divulgação com 41 usuários.

Em 2021, a Plataforma Sampa+Rural registrou 144 parceiros da agricultura urbana no município de São Paulo, estando a maioria localizada nas zonas urbanas Oeste e Sul, respectivamente, 56 (39%) e 38 (27%). A zona urbana Central registrou 22 (16%) e a Leste 18 (12%). Esses parceiros são agentes que mobilizam os círculos de cooperação no espaço das atividades agrícolas urbanas. São organizações, coletivos e sindicatos (57%) e associações de produtores e cooperativas (17%) engajados no estímulo, apoio e defesa da agricultura urbana.

O Mapa 2 demonstra a concentração desses agentes no quadrante Sudoeste da cidade, onde estão também concentradas as atividades mais modernas vinculadas à produção da informação, à ciência e tecnologia, à gestão e às finanças.

Mapa 2. Distribuição dos agentes que cooperam com a Agricultura Urbana na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Sisrural. Elaboração por Luciana Colombo de Sousa Nascimento.

Vinte e um porcento das unidades de produção cadastradas pelo Sampa+Rural participava de iniciativas coletivas em 2021, dos quais a Zona Leste correspondia a 48% e a Zona Sul a 22%. Dentre as diferentes formas de cooperação, destacamos duas a) os vínculos das unidades de produção agrícola com as diferentes manifestações da sociedade civil organizada - associações, cooperativas, organizações não estatais, coletivos e sindicatos; b) a concessão de selos e certificações. Ambos são segmentos que apresentam efeitos mais diretos na produção. A primeira contribui com a forma de organização, apoio técnico e político, com laços de solidariedade e pertencimento, auxiliam no desenvolvimento de projetos e podem funcionar como canal de comunicação e facilitar a troca de informações e experiências. Já os selos e certificações são trazem visibilidade e credibilidade, agregando valor aos produtos comercializados e sustentando politicamente a produção ao associá-la às práticas consideradas sustentáveis e saudáveis. Contribuem para que as produtoras e produtores acessem mercados tais

como feiras livres, restaurantes e quitandas, que comercializam orgânicos nos bairros de classe média.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano criou dois selos. O *Selo da Produção de Sampa* identifica os mercados, feiras, restaurantes, cafés, empórios e iniciativas que compram de produtores agrícolas do município, registrando os diferentes mercados formais abastecidos pela produção agrícola paulistana. O *Selo de Presença* objetiva dar visibilidade a essa ampla rede de locais e criar pontes entre os estabelecimentos e a plataforma.

Outro selo importante é o do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). Ele exige que as produções passem pela transição agroecológica, envolvendo um plano de manejo orgânico aprovado por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) – grupo de agricultores que realiza vistorias em cada horta, estuda e executa o Plano de Manejo Orgânico, podendo contar com a participação de consumidores. O selo é emitido pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) através do Organismo de Controle Social (OCS). A base de dados do MAPA[5] registrou em 2024 85 produtores rurais com certificação de produção orgânica no município de São Paulo. Segundo informações disponibilizadas pela Associação de Produtores Agrícolas da Zona Leste, dos 14 produtores que a congregam, 5 possuem certificação de produção agroecológica.

As Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura (SMA/SAA), em conjunto com a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e o Instituto Kairós, assinaram em 22 de maio de 2016 o Protocolo de Transição Agroecológica e de estímulo à produção orgânica com o objetivo de promover boas práticas agroambientais e o uso sustentável dos recursos naturais por agricultoras e agricultores, além de estimular o incremento da produção e da oferta de alimentos saudáveis e agrobiodiversos[6]. Segundo dados dessa Coordenadoria, em fevereiro de 2022, havia 24 produtores com selo de Transição Ecológica no Município de São Paulo. Dentre esses, 4 participam da Associação de Produtores Agrícolas da Zona Leste.

É importante notar as outras articulações e escalas que os círculos de cooperação podem assumir. Um exemplo é o acesso a recursos financeiros disponibilizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente via Compensação

5 Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acessado em 25/11/2024

6 Disponível em: <http://www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/transicao-agroecologica/protocolo-de-transicao-agroecologica>. Acessado em 19/02/2022.

Ambiental[7] e por editais publicados em plataformas como a Prosas e a Benfeitoria[8], viabilizados por empresas privadas.

Sobre esse movimento, Arantes (202, p.13) alerta para o fato de que vem ocorrendo uma mudança na atitude das organizações sem fins lucrativos. Segundo ele, as organizações migram de ações de reivindicação de direitos sociais para práticas que, em parcerias com o Estado e as empresas, promovem ações de cidadania ativa, que interessam tanto ao Estado quanto às empresas para atingir metas de sustentabilidade importantes para a imagem de ambos. Por exemplo, no relatório de Sustentabilidade da Construtora MRV de 2020, empresa que financiou iniciativas de agricultura urbana, há uma ênfase em sua contribuição para atingir as metas da Agenda 2030 da ONU no Brasil. A instrumentalização das práticas agrícolas, seja pelo Estado seja pelas empresas, evidencia os riscos relacionados à perda de espontaneidade e a uma relação de subordinação por parte de ações que nasceram de forma espontânea a partir de lutas populares.

Os sujeitos e os usos do território: as hortas das Mulheres do GAU e José Bonifácio

Há uma diversidade significativa de sujeitos e situações na prática da agricultura urbana. Diante dos limites desse artigo, será tratado apenas o caso do Viveiro Escola Vila Nova União, dado ser um exemplo da complexidade que a agricultura urbana, como atividade pertencente ao circuito inferior da economia urbana, pode assumir. Ele está localizado na região do Jardim Pantanal – várzea do Rio Tietê – na periferia da Zona Leste de São Paulo. Sua implantação resultou de um processo de luta e reivindicação popular que acompanha a instalação de um projeto de urbanização conduzido pela *Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano* do Estado de São Paulo (CDHU) desde 2002.

O Viveiro ficou sob responsabilidade de uma organização não governamental constituída no bairro, o Instituto Nova União da Arte, que desenvolveu o projeto Quebrada Sustentável, entre os anos de 2013 e 2014. O projeto propiciou a interação do Viveiro Escola com grupos focados em educação ambiental, agrofloresta e permacultura como: PermaPerifa, PermaSampa, UMAPAZ, Casa da Cidade, Horta das Flores e Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL). Foi nesse contexto que as moradoras envolvidas nas ações de educação ambiental passaram a ser denominadas de Grupo de Agricultura Urbana – GAU.

---

7 Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro que visa a contrabalançar os impactos ambientais ocorridos ou previstos no processo de licenciamento ambiental. Trata-se, portanto, de um instrumento relacionado com a impossibilidade de o empreendedor cumprir sua obrigação legal de mitigar (prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados) o dano ao meio ambiente e que está baseado nos fundamentos do Princípio do Poluidor-Pagador. Disponível em <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/planos-manejo-gestao/compensacao-ambiental/> Acesso em 14/01/2022.

8 Plataformas digitais que, por meio de Editais, promove o financiamento de projetos sociais e ambientais permitindo o acesso a recursos de empresas filiadas e também por meio de campanhas de arrecadação.

Ao longo dos anos 2016 e 2017, as Mulheres do GAU resolveram produzir alimentos para obtenção de renda, observando que já realizavam o cultivo de plantas não convencionais (PANC), cujo conhecimento é herança de seus antepassados nordestinos (DORETO, 2019). As Mulheres do GAU passaram também a produzir e comercializar salgados e doces, a oferecer oficinas de educação ambiental e alimentação saudável e vender serviços como *coffee break, catering e happy hour* em eventos.

No início de 2018, a CDHU, por meio da Gerência Social de Ações de Recuperação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Local, passou a prestar assessoria técnica as diferentes iniciativas do bairro, dentre elas o Viveiro Escola e o Coletivo Mulheres do GAU. Nesse contexto, a CDHU se posiciona como agente estratégico. É essa empresa que, até o momento, garante a destinação do terreno ao Viveiro. É responsável pela assessoria técnica administrativa ao Coletivo com reuniões contínuas de planejamento e avaliação do trabalho; discussão do fluxo de caixa da cozinha e da horta; orientações sobre emissão de notas fiscais eletrônicas, envio de e-mails, consulta a sites, editais e parceiros. A manutenção física e financeira do espaço do Viveiro Escola, também é administrada pela CDHU, como: pagamentos das contas de água, energia elétrica, reparos no cercamento, manutenção de segurança patrimonial, manutenção do portão, melhorias na estufa, reforma da área construída com ampliação do escritório e adaptação da cozinha para os parâmetros industriais. O que demonstra a relação tutelada na composição do círculo de cooperação que envolve o Viveiro. Essa configuração, no entanto, é desafiadora, pois o Coletivo não é auto sustentável e não há garantias sobre o tempo que a CDHU poderá continuar com seu apoio. A institucionalização, que vem sendo exigida para prestação de serviços que demandam emissão de nota fiscal, tem sido parcialmente atendida com o cadastramento de parte de seus integrantes como Microempreendor Individual (MEI). Daí o desafio político e operacional de criar condições para sua manutenção independente, na medida em que não há garantias da continuidade da ação da companhia junto à Mulheres do GAU.

As Mulheres do GAU também se conectam a outros círculos de cooperação. Empresas e instituições privadas como a Fundação Tide Setubal e a Consul ofereceram formação técnica e organizacional com base em valores, práticas e formas de agir que associam a agricultura urbana a uma atividade moderna, competitiva e capaz de oferecer produtos diferenciados no mercado. Prática que tem sido estendida a outras iniciativas populares da periferia. Observa-se certa orientação dos movimentos inicialmente espontâneos que passam a ser preparados para agregarem em suas práticas o léxico e os valores neoliberais tais como a competitividade, a meritocracia, o empreendedorismo e a inovação. Já o apoio da Associação dos Agricultores da Zona Leste fortalece as articulações entre o Viveiro e a luta por políticas públicas que garantam sua permanência. Os demais agentes oferecem consultorias e formação técnica e oportunidades de mercado (prestação de serviços alimentícios como *coofee break* e *happy hour*, participação em feiras e amostras ou atividades de educação alimentar e ambiental).

As Mulheres do GAU diversificaram suas atividades investindo na prestação de serviços, ampliando seu circuito espacial de produção. Por exemplo, quando há ganhos de escala na prestação desses serviços, que tornam a produção do Viveiro ocasionalmente insuficiente, acionam outros produtores da Zona Leste para fornecimento de produtos in natura. Sua presença territorial, portanto, é estendida; também pela obtenção de sementes que vêm de Suzano, município da Região Metropolitana de São Paulo, distante 30 km do Viveiro.

A publicidade é feita por diferentes canais. O perfil no *Facebook* é utilizado para divulgar ações, produtos e serviços. A participação em feiras e amostras, como as da rede SESC e diversas reportagens em diferentes mídias, incluindo a televisiva, conferem certa notoriedade ao Coletivo. Essa visibilidade se deve ao fato de tocar em outra pauta importante. A questão de gênero chama a atenção pelas trajetórias individuais e coletivas dessas mulheres periféricas, negras e nordestinas que batalham não só por renda, mas também por sua autonomia, autoestima e sentido de estar e viver na cidade.

Importante notar que as relações com o SESC, a Fundação Tite Setubal e o Instituto Goethe conferem à Mulheres do GAU uma situação ímpar. Seu círculo de cooperação envolve agentes do circuito superior da economia urbana, viabilizando inclusive acesso à recursos financeiros internacionais. Em 2021, elas foram contempladas em edital do *International Relief Fund*, iniciativa do Instituto Goethe, viabilizando a aquisição de mais um terreno para cultivo, além de equipamentos e apoio administrativo. Por tudo isso, as Mulheres do GAU acabam por materializar um caso que corrobora com os discursos das agências internacionais e governos que abordam a agricultura urbana como uma saída capaz de dar conta de complexos problemas urbanos nos países subdesenvolvidos como a fome, a subnutrição, a pobreza e a degradação ambiental. Bons resultados de algumas iniciativas acabam sendo utilizados para fortalecer certos discursos dos agentes hegemônicos que tiram foco das políticas universais que deem conta dos problemas estruturais geradores da pobreza urbana.

A Horta José Bonifácio fica localizada em um terreno público em meio a um conjunto habitacional no bairro de Itaquera. É coordenada por uma mulher que conta com a ajuda de voluntários idosos da vizinhança e de uma pessoa contratada duas vezes por semana. A AAZL, instituição da qual faz parte, fornece apoio técnico com visita de engenheiro agrônomo. O Instituto Kairós fornece as mudas das plantas e a Enel o material resultante de poda de árvores, utilizado como fertilizante natural.

Na horta é produzido feijão, beterraba, milho, banana, jaca, alface, rúcula, alho porró, manjericão, salsa, coentro, tomate, couve, entre outros. A produtora respeita os limites e as sazonalidades da própria natureza, fazendo rodízio das espécies plantadas, visando a manutenção do solo e de seus nutrientes. Não tem compromisso de volume de produção e não depende da renda gerada pela venda dos produtos orgânicos, trabalhando com a finalidade de ter uma atividade, conforme afirma, recreativa e terapêutica para ela e para seus voluntários. Ela ensina

seus fregueses como cuidar das hortaliças e das frutas e dá receitas para uma alimentação saudável.

Como as demais atividades do circuito inferior, não há planejamento ou controle da produção e das vendas, nem das quantidades ou das finanças. Em questão de publicidade e propaganda a horta conta com a divulgação "boca a boca". Em algumas situações, a agricultora utiliza o aplicativo *Whatsapp* para divulgar possíveis "promoções" que visam impedir que parte da produção seja desperdiçada. A Horta José Bonifácio é um exemplo das motivações presentes nas atividades de reprodução da vida não limitadas às questões materiais. A produtora deixa claro não haver intenção de mobilizar tempo, recursos e energia para atender a uma demanda que vem crescendo.

Considerações finais

As práticas agrícolas realizadas na periferia da cidade de São Paulo testemunham a maior complexidade do circuito inferior da economia urbana no presente. São atividades com as quais mulheres e homens periféricos encontraram sustento básico, mas também sentido de existir e viver numa cidade que inclui de forma precária e segregada todos aqueles incapazes de acessar as formas modernas de trabalho, renda e consumo.

As estratégias cotidianas da agricultura urbana periférica demonstram uma relação de dependência com o circuito superior da economia. No caso das Mulheres do GAU, mais diretamente com relação às articulações com a CDHU, o SESC, o Instituto Goethe e a Fundação Tite Setubal. Mas, de forma geral, também estabelecem relações dependentes com o consumo da classe média via feiras de orgânicos e restaurantes localizados nos bairros mais abastados da cidade. O resultado de parte da produção atende à vontade de manter uma alimentação mais saudável por parte daqueles que tem maior poder aquisitivo e condições de cuidar da saúde e também às estratégias políticas das agências nacionais e internacionais que trabalham com as temáticas da fome, da pobreza e do meio ambiente.

A agricultura é uma forma legítima de apropriação e uso do território urbano. Não por cumprir metas de sustentabilidade, segurança alimentar e redução da pobreza e da fome. A escala de produção é pequena e a comercialização não é o principal ou único objetivo do cultivo. É importante alertar sobre como as formas de sua apropriação pelo Estado, pelas empresas e agências internacionais como a FAO e o Banco Mundial podem acabar gerando um desvio da resolução estrutural de questões como distribuição democrática da propriedade da terra, subsídios e apoio técnico, financeiro e logístico para a agricultura familiar realizada no campo e a distribuição de renda.

A saúde mental e a busca por atividades que conferem sentido à vida na cidade também compõe os motivos da agricultura urbana, muito praticada por migrantes de idade mais avançada que encontram na prática agrícola algo do passado vivido em outro lugar e tempo. Algo que cuida deles mesmos e do pedacinho da cidade que

ocupam, produzem e utilizam em sua vida cotidiana. É nesse contexto, que é observada a situação de conflito pelo uso do território urbano segundo outros sentidos que não aqueles do mercado, bem como os riscos da captura das agriculturas e agricultores pelos discursos de necessidade de profissionalização, ganhos de produtividade e escala, de forma a ser tornarem competitivos – um discurso empreendedor que, por um lado responsabiliza a população periférica pela superação da pobreza e que, por outro, retira dessa atividade a potência de se pensar outras cidades possíveis a partir de outras formas de apropriação, uso e práticas do território para além da lógica do mercado. A agricultura urbana em situações periféricas é uma atividade merecedora de políticas públicas que viabilizem sua permanência de forma digna segundo seus mais diferentes objetivos, seja trabalho, para fins de saúde pública (cultivo de ervas medicinais e horticultura como prática psicoterapêutica) ou para permitir laços de pertencimento, solidariedade e sentido de vida. Resultante das desigualdades sociais e espaciais, a agricultura urbana é uma das atividades que materializam no presente a necessidade e possibilidade de elaboração de outros futuros para a cidade.

A pesquisa foi viabilizada pelo CNPq via Edital Universal e contou com o apoio das estudantes Kailane Moreira Mendes e Luciana Colombo de Souza Nascimento.

Bibliografia

ARANTES, P. E. *Esquerda e direito no espelho das ONGs*. São Paulo : [s.n], 2021. ePUB. – (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

BRANDÃO, C. A. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun., 2011.

CALDAS E. L.; JAYO, M. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. *Confins*, 39, 2019.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONCHEIRO, L. *Contra o tempo: filosofia prática do instante*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

CONTEL, F. B. *Território e finanças. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.

DORETTO, C. *Mulheres agricultoras cultivam oásis orgânico na periferia de São Paulo*. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/mulheres-agricultoras-cultivam-oasis-organico-na-periferia-de-sao-paulo/>. Acesso em: 16 out. 2020.

FAO. *Criar cidades verdes*, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/index.html>. Acesso em: 27 set. 2020.

FISCHER, A. A empresa e o território. In: FIRCHOWISC, O. L. G.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Indústria, ordenamento e território: a contribuição de André Fischer*. São Paulo: Expressão Popular/Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 61-67, 2008.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

RIBEIRO, A. C. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 82-86, jan./abr., 2000.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVEIRA, M. L. Ciudades intermédias: trabajo global, trabajo local. In: VELAZQUEZ, G. A.; GARCIA, M. C. (eds.). *Calidade de vida urbana, aportes para su estudio en Latinoamérica*. Centros de Investigaciones Geográficas (CIG) – Faculdad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional Del Centro de la Povíncia de Buenos Aires, Tandil, p. 47-54, 1999.

SILVEIRA, M. L. Escala geográfica: da ação ao império? *Terra Livre*, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 87-96, 2004.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *GEOUSP*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2015

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p.13-39, 2010.

Current contents of the lower circuit of the urban economy: agricultural use of territory in the city of São Paulo

Portions of spaces on the outskirts of the city of São Paulo have been occupied and used for agricultural activities. These activities are different in nature from those carried out in peri-urban areas or in the countryside. Carried out by the city's poor, they present forms of organization and ways of doing things typical of the urban context. Those who practice it join those who dispute the appropriation and use of urban space. This is one of the contemporary expressions of the way in which these poor people participate in the city's political economy, articulating spatial circuits of production and spatial circles of cooperation typical of this activity. This article aims to present peripheral urban agriculture as an element of the lower circuit of the urban economy in the present.

KEYWORDS: urban agriculture, periphery, lower circuit of the urban economy, spatial production circuits and cooperation circles.

Contenidos actuales del circuito inferior de la economía urbana: uso agrícola del territorio en la ciudad de São Paulo

Porciones de espacios en las afueras de la ciudad de São Paulo han sido ocupados y utilizados para actividades agrícolas. Estas actividades son de naturaleza diferente a las que se llevan a cabo en las zonas periurbanas o en el campo. Realizadas por los pobres de la ciudad, presentan formas de organización y maneras de hacer las cosas típicas del contexto urbano. Quienes lo practican se suman a quienes disputan la apropiación y el uso del espacio urbano. Esta es una de las expresiones contemporáneas de la forma en que estos pobres participan en la economía política de la ciudad, articulando circuitos espaciales de producción y círculos espaciales de cooperación propios de esta actividad. Este artículo tiene como objetivo presentar la agricultura urbana periférica como un elemento del circuito inferior de la economía urbana en la actualidad.

PALABRAS CLAVE: agricultura urbana, periferia, circuito inferior de la economía urbana, circuitos espaciales de producción y círculos de cooperación.

Artigo recebido em novembro de 2024. Aprovado em dezembro de 2024.